

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.161 - RS (2019/0299725-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **OLÍVIO SAMUEL DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **PAULO HENRIQUE MODENA HILLER - RS032220**
AGRAVADO : **OI S.A**
ADVOGADOS : **CIRA HELENA PARSO DA CRUZ GUIDO - RS062395**
 : **ANA PAULA NIQUE COSTA - RS081436**
 : **PAULO ROBERTO PETRI DA SILVA - RS057360**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OLÍVIO SAMUEL DE OLIVEIRA, em face de acórdão assim ementado (fl. 177):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EXECUTADA. LEVANTAMENTO DE VALORES DEPOSITADOS EM JUÍZO. Das decisões prolatadas nos autos do agravo de instrumento n. 0034576-58.2016.8.19.0000 – TJ/RJ, e seus respectivos embargos de declaração, retira-se que para o levantamento de valores depositados nos autos de qualquer execução ou cumprimento de sentença em face da companhia telefônica resulta necessário o preenchimento, cumulativamente, de dois requisitos, ou seja, (1) valores depositados antes de 21.06.2016 e (2) trânsito em julgado/preclusão da decisão prolatada em embargos à execução ou na decisão final da impugnação ao cumprimento de sentença que tenha definido o quantum debeatur anteriormente a 21.06.2016. No caso efetivado o depósito/bloqueio e existindo parcela incontroversa reconhecida, ambos antes de 21.06.2016, impõe-se a liberação dos valores depositados. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 229/236).

Nas razões do especial, o ora agravante alega ofensa aos arts. 11, 489, II, e 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se

pronunciar sobre a arguição de que "a impugnação ao cumprimento de sentença transitou em julgado, tornando definitivamente líquida a condenação e não havendo mais determinação de suspensão pelo tribunal carioca, razão pela qual devem ser liberados os valores indenizatórios homologados pelo juízo" (fl. 249).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão proferido no acórdão recorrido, assim redigido (fl. 184):

(...) das decisões supramencionadas retira-se que para o levantamento de valores relativos a créditos concursais nos autos de qualquer execução ou cumprimento de sentença em face da companhia telefônica resulta necessário o preenchimento, cumulativamente, de dois requisitos, ou seja, (1) valores depositados antes de 21.06.2016; e (2) trânsito em julgado/preclusão da decisão prolatada em embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença que tenha definido o quantum debeatur anteriormente a 21.06.2016.

Na hipótese dos autos, trata-se de cumprimento de sentença em face da companhia telefônica, ora em recuperação judicial.

O bloqueio judicial do valor executado foi realizado em 13.05.2009 (fls. 114-115 do instrumento).

Por outro lado, a impugnação ao cumprimento da sentença foi julgada apenas em 02.01.2017 (fls. 118-121), motivo pelo qual não há falar em trânsito em julgado da referida decisão anterior ao dia 21.06.2016.

Ressalte-se, ainda, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Verifique-se, ademais, que o recorrente não aponta qualquer dispositivo legal que teria sido violado, no mérito, não esclarecendo objetiva e especificamente, os motivos de reforma do julgado proferido pela Corte de origem, o que faz incidir o enunciado 284 da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula do STF.

E, ainda que assim não fosse, a análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora